



A LEITURA DE PAISAGENS TRANSFRONTEIRIÇAS COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS DE FRONTEIRA

Edgar Garcia Velozo ¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta a função e a relevância de políticas territoriais, principalmente no que tange às regiões (trans)fronteiriças. O objetivo principal é mostrar como a leitura de paisagens transfronteiriças, um conceito crítico e amplamente discutido nos Estudos Fronteiriços e Geografia Política, pode servir de recurso para a construção e definição de políticas públicas direcionadas ao ordenamento territorial da zona fronteiriça brasileira. Entende-se que o Programa de Desenvolvimento Social para a Faixa de Fronteira foi um grande passo nesse sentido, mas é proposto que mais estudos sejam feitos sobre cada fronteira, acolhendo suas especificidades e fronteiridades (*borderities*), para a definição das políticas territoriais. Por fim, entende-se que o desmanche de algumas das políticas do PDFF causaram prejuízos ao ordenamento territorial e integração regional de cidades fronteiriças e que o uso das análises de paisagens transfronteiriças podem fornecer informações e subsídios relevantes aos gestores territoriais e à organização de políticas territoriais de fronteira.

Palavras-chave: Paisagem transfronteiriça. Políticas territoriais. Faixa de fronteira.

RESUMEN

El presente trabajo presenta la función y relevancia de las políticas territoriales, especialmente en lo que respecta a las regiones (trans) fronterizas. El objetivo principal es mostrar cómo la lectura de paisajes transfronterizos, un concepto crítico y ampliamente discutido en Estudios de Fronteras y Geografía Política, puede servir como recurso para la construcción y definición de políticas públicas orientadas al ordenamiento territorial de la frontera brasileña. Se entiende que el Programa de Desarrollo Social de la Franja Fronteriza fue un gran paso en esta dirección, pero se propone que se realicen más estudios en cada frontera, teniendo en cuenta sus especificidades y fronteiridades (*borderities*), para la definición de políticas territoriales. Finalmente, se entiende que el desmantelamiento de algunas de las políticas del PDFF causó daños en la planificación territorial y la integración regional de las ciudades fronterizas y que el uso del análisis del paisaje transfronterizo puede brindar información relevante y subsidios a los administradores del territorio y la organización de políticas para la frontera.

Palabras clave: Paisaje transfronterizo. Políticas territoriales. Franja fronteriza.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia (Análise Territorial) no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), edgar.velozo@ufrgs.br.



O presente trabalho apresenta a função e a relevância de políticas territoriais, principalmente no que tange às regiões (trans)fronteiriças. Pretende-se explorar a relação entre a leitura de paisagens transfronteiriças e a construção de políticas territoriais. Ou seja, busca-se identificar e compreender como a análise ou leitura das paisagens transfronteiriças podem servir aos gestores e planejadores territoriais.

Ambos conceitos discutidos na Geografia Política e Estudos Fronteiriços são aproximados através de uma tentativa de utilizar o resultado de análises de paisagens transfronteiriças como um recurso para a construção de políticas públicas para o território, especialmente na zona de fronteira. Primeiramente, foram apresentadas as definições de políticas territoriais e da discussão em torno do conceito de paisagem (trans)fronteiriça. São ressaltados o potencial crítico dos conceitos e a necessidade de cautela nos estudos sobre fronteiras, visto que devem ser acolhidas suas características estruturais e processuais.

Posteriormente, se discute a prévia existência de programas e políticas para a organização territorial e políticas públicas na faixa de fronteira brasileira. Ressalta-se que ultimamente essas políticas têm sido descontinuadas, prejudicando o desenvolvimento social e integração regional nessas áreas. Por último, busca-se a aproximação da leitura de paisagens transfronteiriças às políticas territoriais. São evidenciados os aspectos importantes para a análise e como isso pode se tornar um recurso para a gestão territorial.

O objetivo principal, então, é mostrar como a leitura de paisagens transfronteiriças, um conceito crítico e internacionalmente discutido nos Estudos Fronteiriços e Geografia Política, pode servir de recurso para a construção e definição de políticas públicas direcionadas ao ordenamento territorial da zona fronteiriça brasileira. Essa discussão se justifica, assim, com a necessidade de uma retomada dessas políticas públicas e de novos métodos para isso.

METODOLOGIA

Neste trabalho se realizou uma pesquisa exploratória qualitativa a partir de análise bibliográfica e levantamento de informações. A busca dos textos se fez em repositórios nacionais e internacionais, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites (UNBRAL), e em periódicos



direcionados às produções sobre Estudos Fronteiriços e Geografia Política, como o *Journal for Borderlands Studies* e a revista *Geopolitics*.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na introdução de seu livro, Wanderley Messias da Costa (1998) nos traz definições do que são as políticas territoriais: “um tipo especial de política pública, ou seja, aquela formulada e aplicada o mais diretamente possível às modificações na estrutura territorial do país” e, também

as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país. No nosso enfoque, entretanto, **as políticas territoriais extrapolam essa noção abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas.** Daí nos interessam, além das políticas regionais, também as urbanas, ambientais, de colonização; de fronteiras internas e externas, de integração regional, além de programas especiais [...] (COSTA, 1998, p. 13)

Outra perspectiva importante, e mais recente, sobre essas políticas se vê no trabalho de Rückert, Carneiro e Fonseca (2021, p. 2), onde é posto que

as políticas territoriais e setoriais com possíveis repercussões territoriais podem ser compreendidas como **projeções de poder para diversos usos do território.** Os usos, por sua vez, demonstram o controle do território para a utilização por interesses de diversos atores hegemônicos e não hegemônicos, em múltiplas escalas de poder. (RÜCKERT; CARNEIRO; FONSECA, 2021, p. 2)

Assim, percebe-se uma diversidade de atores, escalas e processos que fazem parte da construção de políticas para o território; logo, elas não são isentas de ideologia ou influências externas.

Com essas definições podemos compreender, em grande medida, a origem e função destas políticas públicas no âmbito do ordenamento territorial dos Estados. Portanto, e pensando (n)a fronteira como um espaço e processo importante para a configuração territorial dos países, devem existir políticas territoriais específicas e especializadas para estas regiões. Neste ensaio, opta-se por focalizar no conceito de



paisagens (trans)fronteiriças, que será discutido mais adiante no texto. Antes é importante ressaltar que os estudos fronteiriços vêm se transformando ao longo dos últimos vinte e cinco anos, fazendo com que as fronteiras deixem de ser visualizadas, analisadas e discutidas como linhas divisórias de território para serem consideradas e praticadas como processos socioespaciais, culturais, ou seja, de limites separadores para zonas de encontro e troca. (BRAMBILLA, 2015)

É preciso entender, também, em que momento se dá a diferenciação entre o fronteiriço e o transfronteiriço. Em Tapia (2017), entende-se que a região ou zona fronteiriça se caracteriza também como transfronteiriça não apenas pela “proximidade de populações ou cidades”, mas principalmente devido às trocas, aos diálogos, ao nível de integração entre dois ou mais lados da fronteira.

Para dar continuidade à discussão, é necessária uma apresentação e definição do conceito de paisagem fronteiriça para que não haja confusão com outros usos do termo. A publicação editada por Dennis Rumley e Julian Minghi (1991) traz à tona o debate sobre a natureza e os possíveis usos do conceito de paisagem fronteiriça, como um recurso que deve ser ampliado e discutido para nos ajudar - geógrafos e geógrafas – a entender melhor a organização política do espaço geográfico. Esta abordagem de análise fronteiriça abraça o conceito de paisagem, devido a seu potencial crítico e suas dimensões sociais e políticas. (RUMLEY; MINGHI, 1991) (DELL’AGNESE; SZARY, 2015) (VERDUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016)

O geógrafo francês André-Louis Sanguin (2015) as define como “o produto de um conjunto de interações e processos de origem política, econômica e cultural que ocorre no espaço” e aponta a centralidade do conceito para se entender a região fronteiriça. Ao passo que, a antropóloga italiana Chiara Brambilla (2015) considera o conceito de *borderscapes*² como uma abordagem alternativa para os estudos fronteiriços com um grande potencial crítico.

Em resumo, o termo *borderscapes* pode ser visto como uma ferramenta para se compreender a dinâmica da produção da paisagem em áreas fronteiriças (BRAMBILLA, 2015, p. 25). Esta mudança na conceituação e percepção sobre as fronteiras internacionais

² O conceito de *borderscape* advém da mescla das palavras *border* e *landscape*, respectivamente em português, fronteira e paisagem. Trabalhos como os de dell’Agnese e Szary (2015) e de Brambilla (2015) explicam e esclarecem a etimologia e o potencial do conceito, mas é necessário ressaltar que o *borderscape* e a paisagem transfronteiriça são conceitos distintos.



enriquece e complexifica o imaginário social em relação a essas zonas. De linhas, limites e marcos de separação para regiões, zonas e paisagens de encontro, dinâmica e intercâmbio. Ambos pesquisadores apontam a relevância e exploram as possibilidades destes conceitos para a organização política de um território, sejam as políticas públicas específicas para as áreas de fronteira, como para a compreensão de processos únicos de regiões (trans)fronteiriças. No entanto, é importante ressaltar que apesar das preocupações similares, as abordagens e métodos destes autores são distintas.

A zona fronteiriça brasileira é de grande extensão, complexidade e diversidade. Seja para defesa, como para integração e cooperação é preciso que haja algum mecanismo por parte da administração pública que organize as fronteiras brasileiras com outros países. O trabalho de Filho e Camara (2019) apresenta os eventos que dizem respeito a essa organização através de políticas públicas para o ordenamento territorial das regiões fronteiriças.

Dentre as políticas citadas, se faz necessário ressaltar a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira (PDFF). Ambas já foram descontinuadas, porém atuaram como políticas territoriais com grande influência nas regiões fronteiriças brasileiras, sendo a segunda que demonstrou mais agência nesses locais. (FILHO; CAMARA, 2019)

Entende-se que o Programa de Desenvolvimento Social para a Faixa de Fronteira foi um grande passo, mas é proposto que mais estudos sejam feitos sobre cada fronteira, acolhendo suas especificidades e fronteiridades (*borderities*), para a definição das políticas territoriais. É importante ressaltar que o desmanche de algumas das políticas do PDFF causaram prejuízos ao ordenamento territorial e integração regional de cidades fronteiriças e que o uso das análises de paisagens transfronteiriças podem fornecer informações e subsídios relevantes aos gestores territoriais e à organização de políticas territoriais de fronteira.

Assim, os gestores de administração pública que cuidam das cidades fronteiriças precisam zelar pelo mantimento de políticas territoriais deste âmbito. A análise da paisagem transfronteiriça é um recurso para esses gestores que precisam otimizar e promover o desenvolvimento social e econômico nas cidades que compõem a faixa de fronteira brasileira. A metodologia para esse formato de análise ainda está em desenvolvimento. Os trabalhos renovando e atualizando o conceito de paisagens transfronteiriças são recentes, mas a prática e o aprimoramento desse método levará a um



recurso com grande potencial para uma leitura crítica de regiões complexas e dinâmicas, como a zona fronteira. A sistematização dessa metodologia e, posteriormente, a criação inclusive de um banco de dados sobre as regiões fronteiriças brasileiras podem servir para administrações futuras e para projetos de longo prazo a nível regional, nacional e internacional.

Assim, acredita-se que há um grande potencial na utilização de estudos da paisagem transfronteira para o desenvolvimento e definição de políticas territoriais para as populações transfronteiriças. Iniciativas de infraestrutura, projetos do âmbito sociocultural, programas de cooperação e para a segurança e defesa do Estado, podem ser organizados e postos em prática a partir desses dados obtidos com a leitura da paisagem transfronteira, assim como uma melhor compreensão dos processos de transfronteirização. Para tudo isso ser possível, também precisaríamos de uma institucionalização das regiões transfronteiriças, como regionalização e classificação.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Conforme as informações na página on-line do Ministério do Desenvolvimento Regional (2019) sobre a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CIDF), a faixa de fronteira é a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das áreas de encontro dos limites territoriais brasileiros com outros países da América do Sul. Neste caso, são 10 países que compõem a zona fronteira brasileira, com a presença de 33 cidades-gêmeas ao longo dessa extensão. Essa longa faixa e estrutura territorial fronteira tem a extensão de aproximadamente 15,7 mil quilômetros terrestres, assim foi regionalizada em três arcos (Norte, Central e Sul) para organização das situações e especificidades das regiões de fronteira. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2019) (CAYE; RÜCKERT, 2020)

O PDFF, um dos principais programas de organização territorial para a faixa de fronteira brasileira, foi estabelecido em 2009 a partir de um estudo realizado pelo Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro³. Sobre isso, Filho e Camara (2019) ressaltam que:

³ O Grupo Retis, situado no Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um grupo de pesquisa referência para os pesquisadores de Geografia Política e Estudos Fronteiriços no Brasil e internacionalmente.



A questão fronteiriça no Brasil passou por um importante momento de resignificação durante o governo Lula da Silva, ao serem priorizadas questões relativas ao desenvolvimento da faixa de fronteira. Contudo, outro viés foi imposto a este tema a partir do governo Dilma, que voltou a priorizar o âmbito da defesa por meio de programas específicos [...]. (FILHO; CAMARA, 2019, p. 12)

Assim, percebe-se que o PDFF foi criado para o desenvolvimento de temáticas sociais na faixa de fronteira, porém com o tempo e atuação de outras partes políticas, seus objetivos foram se deslocando e se reconfigurando.

Infelizmente nos últimos anos, o projeto político do governo nacional e da administração pública não valoriza a diversidade e as potencialidades na integração e cooperação a partir das zonas de fronteira. Isso, por consequência, desmancha o desenvolvimento possibilitado e realizado pelas políticas implantadas nos governos anteriores. Políticas educacionais como o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), que evidenciaram a riqueza intercultural das áreas transfronteiriças do Brasil com seus países vizinhos já foram descontinuados, causando prejuízos no que tange o âmbito educacional, cultural e de integração dessas populações. (VELOZO, 2021)

AS POSSIBILIDADES DA PAISAGEM TRANSFRONTEIRIÇA PARA A GESTÃO E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS

A leitura de paisagens transfronteiriças têm como resultado uma análise completa e ampla, referentes aos diversos domínios socioespaciais das regiões transfronteiriças. No trabalho de Dorfman, Lara-Valencia e Velozo (2020) é realizada uma experiência de ensino e pesquisa em regiões transfronteiriças de cidades-gêmeas, na fronteira Brasil - Uruguai e México - Estados Unidos. Neste formato de análise é dada atenção a quatro domínios socioespaciais ligados a paisagem transfronteiriça: forma, função, estrutura e dinâmica (processo). Estes domínios abrangem diversos aspectos das relações, processos, dinâmicas, condições e situações de uma região fronteiriça e suas características.

Por mais que as metodologias para a realização desses procedimentos de análise estejam ainda em desenvolvimento, são notáveis as possibilidades que essa leitura de paisagem pode conceber. De forma crítica, sistemática e abrangendo aspectos importantes



para uma investigação sócio-espacial, a paisagem transfronteiriça pode oferecer recursos para os gestores de território e administração pública. Na tabela abaixo (quadro 1), são exemplificados os tópicos e particularidades que são levados em conta em uma análise de paisagem transfronteiriça.

Quadro 1: Resumo dos domínios da paisagem transfronteiriça.

| DOMÍNIO | DEFINIÇÃO | EXEMPLOS |
|-----------------------|---|--|
| FORMA | Aspecto visível de uma paisagem, com elementos do ambiente natural e construído facilmente reconhecíveis em campo, que expressam as oportunidades e os fluxos de interação através das fronteiras. | Ocupação das terras, relevo, presença de água, cobertura vegetal, morfologia urbana, condições de arruamento, etc. Símbolos nacionais, placas, postos de controle, pontes, túneis, canais, muros etc. |
| FUNÇÃO | Apropriação do espaço e uso social. A interação, as complementaridades, interdependências ou a separação entre ambos os lados da fronteira em atividades ligadas à economia e às sociedades. | Turismo, compras, viajantes, migrações, comércio. Serviços e fluxos humanos e econômicos continuados ou intermitentes. |
| ESTRUTURA | O alcance dos mecanismos formais e informais e as normas e leis criadas para regular as interações sociais e econômicas na área. Revela a natureza social e econômica do espaço fronteiriço. | Intervenções estatais realizadas e propostas. Infraestruturas de saúde, educação e outros serviços públicos compartilhados ou não. Cooperação, coordenação, acordos, redes, planos, coalizões, conselhos, etc. |
| PROCESSO/ DINÂMICA | Práticas culturais e simbólicas contínuas que geram semelhanças e diferenças entre as unidades de paisagem ao longo do tempo, em sua continuidade e em mudanças. | Dinâmicas derivadas das interações sociais e econômicas. Dinâmicas culturais e simbólicas (artes, língua, etc.) expressando alteridade, identidade e pertencimento transfronteiriços, etc. |

Fonte: Elaborado por Adriana Dorfman a partir de Lara-Valencia (2018), Verdum; Fontoura (2009) e Santos (1985). Publicado por Adriana Dorfman, Francisco Lara-Valencia e Edgar Garcia Velozo (2020).



Assim, o que se propõe aqui é a utilização do conceito e da análise de paisagens transfronteiriças como um recurso para a construção e definição de políticas territoriais para as fronteiras. Com esse formato, se dá atenção à morfologia presente em dada região, as dinâmicas sociais e culturais ali presentes e, principalmente, as intervenções da administração pública já realizadas na área. Ainda no trabalho que idealizou essa prática, se pode observar as políticas educacionais que ali existiam e foram descontinuadas e algumas políticas de integração promovidas pelo MERCOSUL⁴, que viabilizam uma infraestrutura compartilhada para ambos lados de cada fronteira. (DORFMAN; LARA-VALENCIA; VELOZO, 2020)

Dependendo da região, percebe-se que os domínios nem sempre são simples de delimitar e definir com tantas nuances, no entanto se sabe que em cidades-gêmeas e locais de maior integração local, é quase impraticável pensar a paisagem fronteira não levando em conta os processos e movimentos de ambos lados da fronteira. Nos Estudos Fronteiriços e na Geografia Política se percebe cada vez mais um aumento do interesse nos constructos sociais e movimentos gerados pelas interações sociais, políticas e econômicas nas fronteiras, ou seja, os limites tornam-se na verdade linhas de conexão, não de divisão. (NEWMAN, 2006, p. 173)

Aqui se faz importante também lembrar que cada fronteira é móvel e, também, processo. Elas possuem suas especificidades, seus processos e complexidades. As *borderities* representam essas características referentes à cada fronteira. (SZARY; GIRAUT, 2015) Nesse sentido, se faz importante uma análise crítica e ampla de regiões transfronteiriças, concebendo suas respectivas potencialidades e desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após compreender a função das políticas territoriais e identificar as possibilidades que o conceito de paisagem transfronteira e sua respectiva análise podem oferecer à gestão e ao planejamento territorial, deve-se apontar algumas considerações.

⁴ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991.



Primeiramente, algo que já foi verificado em outros trabalhos, mas é sempre importante ressaltar: a descontinuação das políticas públicas implementadas a partir do Programa para o Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira prejudicaram o desenvolvimento da integração regional nestas áreas, assim como as dinâmicas de interculturalidade. Logo, os gestores de administração pública que cuidam das cidades fronteiriças precisam zelar pelo mantimento de políticas territoriais deste âmbito.

A análise da paisagem transfronteiriça é um recurso para esses gestores que precisam otimizar e promover o desenvolvimento social e econômico nas cidades que compõem a faixa de fronteira brasileira.

A metodologia para esse formato de análise ainda está em desenvolvimento. Os trabalhos renovando e atualizando o conceito de paisagens de fronteira ou *borderscapes* são recentes, mas a prática e o aprimoramento desse método levará a um recurso com grande potencial para uma leitura crítica de regiões complexas e dinâmicas, como a zona fronteiriça. A sistematização dessa metodologia e, posteriormente, a criação inclusive de um banco de dados sobre as regiões fronteiriças brasileiras podem servir para administrações futuras e para projetos de longo prazo a nível regional, nacional e internacional.

Assim, acredita-se que há um grande potencial na utilização de estudos da paisagem transfronteiriça para o desenvolvimento e definição de políticas territoriais para as populações transfronteiriças. Iniciativas de infraestrutura, projetos do âmbito sociocultural, programas de cooperação e para a segurança e defesa do Estado, podem ser organizados e postos em prática a partir desses dados obtidos com a leitura da paisagem transfronteiriça, assim como uma melhor compreensão dos processos de transfronteirização. Para tudo isso ser possível, também precisaríamos de uma institucionalização das regiões transfronteiriças, como regionalização e classificação.

REFERÊNCIAS

BRAMBILLA, Chiara. Exploring the Critical Potential of the Borderscapes Concept. **Geopolitics**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 14–34, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2014.884561>.

CAYE, Luisa Amato; RÜCKERT, Aldomar A. PROCESSOS DE TRANSFRONTEIRIZAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA / BRASIL / URUGUAI – ARBRUY: ATORES TERRITORIAIS E SUAS AÇÕES NAS CIDADES



DE MONTES CASEROS (ARG), BARRA DO QUARAÍ (BR) E BELLA UNIÓN (UY). **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 36, p. 30–56, 2020.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. **O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO BRASIL**. São Paulo: Contexto, 1998.

DELL'AGNESE, Elena; SZARY, Anne-Laure Amilhat. Borderscapes: From Border Landscapes to Border Aesthetics. **Geopolitics**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–10, 2015.

DORFMAN, Adriana; LARA-VALENCIA, Francisco; VELOZO, Edgar Garcia. PAISAGEM TRANSFRONTEIRIÇA: ENSINANDO E PESQUISANDO EM AMBAS ACEGUÁS E AMBOS NOGALES. **Revista da ANPEGE**, Paraíba, v. 16, n. 30, p. 263–382, 2020.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Confins**, Confins, n. 41, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/22262>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDI**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 4 out. 2021.

NEWMAN, David. Borders and Bordering: Towards an Interdisciplinary Dialogue. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 171–186, 2006. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431006063331>. Acesso em: 25 nov. 2020.

RÜCKERT, Aldomar A; CARNEIRO, Camilo P; FONSECA, Ludmila L. da. POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL Perspectivas contemporâneas de processos de integração. [s. l.], v. 1, p. 27, 2021.

RUMLEY, Dennis; MINGHI, Julian V. (org.). **The Geography of Border Landscapes**. Londres: Routledge, 1991.

SANGUIN, André-Louis. PAISAGENS DE FRONTEIRA: VARIAÇÕES EM UM IMPORTANTE TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, p. 24, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1985.

SZARY, Anne-Laure Amilhat; GIRAUT, Frédéric (org.). **Borderities and the Politics of Contemporary Mobile Borders**. London: Palgrave Macmillan UK, 2015. *E-book*. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/9781137468857>. Acesso em: 22 abr. 2021.



TAPIA, Marcela Aurora. Las fronteras, la movilidad y lo transfronterizo: Reflexiones para un debate. **ESTUDIOS FRONTERIZOS**, [s. l.], v. 18, n. 37, p. 61–80, 2017. Disponível em: <http://ref.uabc.mx/ojs/index.php/ref/article/view/619>. Acesso em: 5 ago. 2021.

VELOZO, Edgar Garcia. ESCOLAS INTERCULTURAIS DE FRONTEIRA E A (DES)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM AMBAS ACEGUÁS (BRA / URU). *In*: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian Mokwa (ed.). **ENSINANDO FRONTEIRA: Projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, 2021. p. 327–346.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin Pimentel. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 131–150, 2016.